

A nighttime photograph of a cityscape, likely São Paulo, featuring a large bridge with heavy traffic. The city lights are reflected in the water below the bridge. The text is overlaid on the image.

83ª REUNIÃO DO FORUM PAULISTA DE SECRETÁRIOS E DIRIGENTES PUBLICOS DE MOBILIDADE URBANA

**04 e 05 de agosto de 2022
Jundiaí – São Paulo**

Multas NIC e SNE

CÓDIGO DE TRÂNSITO
BRASILEIRO



Lei 14.071/2020

Vigência: 12/04/2021

Impactos nos sistemas e rotinas processos

Art. 261
§ 10

Em vigor a partir de 01/01/2024
(artigo 338-A, inserido pela Lei nº
14.229/2021

Art. 267

Deverá ser imposta a **penalidade de advertência** por escrito à infração de natureza leve ou média, passível de ser punida com multa, caso o infrator não tenha cometido nenhuma outra infração nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 282-A

O órgão do Sistema Nacional de Trânsito responsável pela autuação deverá oferecer ao proprietário do veículo ou ao condutor autuado a opção de **notificação por meio eletrônico**, na forma definida pelo Contran

SNE



Sistema de Notificação Eletrônica – SNE
(Pagamentos / Defesas / Recursos)

**CÓDIGO DE TRÂNSITO
BRASILEIRO**



Lei 14.229/2021

Vigência: 22/10/2021

20/04/2022

01/01/2024

Multa por não indicação de condutor – NIC

Parágrafo 8º - art. 258 do CTB

ANTES	DEPOIS (Lei 14229/2021)
<p>§ 8º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, não havendo identificação do infrator e sendo o veículo de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor é o da multa multiplicada pelo número de infrações iguais cometidas no período de doze meses.</p>	<p>§ 8º Após o prazo previsto no § 7º deste artigo, se o infrator não tiver sido identificado, e o veículo for de propriedade de pessoa jurídica, será lavrada nova multa ao proprietário do veículo, mantida a originada pela infração, cujo valor será igual a 2 (duas) vezes o da multa originária, garantidos o direito de defesa prévia e de interposição de recursos previstos neste Código, na forma estabelecida pelo Contran.</p>

Multa por não indicação de condutor - NIC

Resolução CONTRAN nº 710/2017

Art. 1º A penalidade de multa por não identificação do condutor infrator (multa NIC), prevista no § 8º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), será aplicada à pessoa jurídica proprietária do veículo pela autoridade de trânsito responsável pela lavratura do auto da infração originária para a qual não houve regular identificação do condutor infrator.

Parágrafo único. A aplicação da penalidade de multa NIC dispensa lavratura de auto de infração e expedição de notificação da autuação.

CERTIDÃO

ProAfr no RECURSO ESPECIAL Nº 1.925.456 - SP (2020/0027331-0)

Sessão virtual 01/06/2021

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão virtual com término nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A PRIMEIRA SEÇÃO, por unanimidade, afetou o processo ao rito dos recursos repetitivos (RISTJ, art. 257-C) para delimitar a seguinte questão de direito controvertida:

“Verificação da necessidade de observação dos art. 280 e 281 da Lei 9.503/1997 em relação à infração pela **não indicação de condutor prevista no art. 257 § 7º e 8º, para definir a imperiosidade da notificação da infração e da notificação de eventual imposição de penalidade**” e, igualmente por unanimidade, suspendeu a tramitação de todos processos pendentes, individuais ou coletivos, em todo território nacional, inclusive que tramitem nos juizados especiais, conforme proposta do Sr. Ministro Relator



QUESTÕES A SEREM DIRIMIDAS COM ALTERAÇÃO DA RES. 710/2017?

- Haverá necessidade de lavrar um auto de infração para a NIC?**
- Pode ser aplicada a penalidade de multa NIC se houver defesa da originária?**
- o prazo de 30 dias para a expedição da NA é contado a partir de qual data?**
- O formulário da NA precisa ter referência à infração originária tal como na NP?**
- Qual o local da infração a ser descrito no AIT ou na NA?**
- O formulário da NA deverá ser expedido sem o formulário de indicação?**
- A decisão judicial se aplicará às infrações originárias cometidas até a data da publicação do Acórdão ou apenas as penalidades NIC já aplicadas?**

QUESTÕES A SEREM DIRIMIDAS PARA CUMPRIMENTO DO ACORDAO

- Deverão ser canceladas todas as multas NIC já aplicadas?**
- Deverão ser canceladas as multas NIC já pagas?**
- Se sim, deverá ser devolvido o valor? E os 5% repassados ao FUNSET?**
- A SENATRAN irá devolver o valor de 5% aos órgãos autuadores?**
- A devolução somente será feita mediante ação judicial?**
- Será possível se aplicar multas NIC de infrações originárias antes de 12/04/2022, desde que se expeça a NA e com a regra da Lei 14.229/2021?**
- Se sim, o prazo de 30 dias para a expedição da NA é contado a partir de qual data?**

OBRIGADO!

José Luiz Nakama
Arquiteto

Companhia de Engenharia de Tráfego
Prefeitura do Município de São Paulo

(11) 3396-8193

(11) 98259-5435

nakama@prefeitura.sp.gov.br